



Diário Oficial

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Ano IV • Nº 13

Diário Eletrônico

Recife, sábado, 5 de setembro de 2026

Defensoria Pública de Pernambuco atua para suspender reintegração de posse que poderia atingir comunidade indígena Kapinawá em Ibimirim

A atuação da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) foi decisiva para suspender o cumprimento de uma ordem de reintegração de posse que poderia resultar na retirada de famílias indígenas da Aldeia Igrejinha, comunidade do povo Kapinawá localizada no município de Ibimirim, no Sertão do Estado. A decisão foi proferida no dia 18 de agosto pelo juiz Daniel Luís de Oliveira, da Vara Única da Comarca de Ibimirim, após manifestação da instituição no processo.

A Defensoria Pública ingressou no caso com atuação institucional voltada à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade depois de ser informada de que um oficial de Justiça havia comparecido à Aldeia Igrejinha para cumprir um mandado de reintegração.

O processo envolvia originalmente uma disputa possessória entre particulares e não contava, até então, com a participação ou manifestação da comunidade indígena potencialmente atingida. A situação chegou ao conhecimento da Defensoria por meio da advogada indígena Aylla Oliveira, que atua em conjunto com lideranças Kapinawá e já mantinha diálogo com a instituição. A partir das informações recebidas, a Defensoria Pública identificou que a área objeto da ordem judicial poderia estar inserida em território tradicionalmente ocupado pelo povo Kapinawá.

“Quando o Oficial de Justiça foi cumprir, a população tomou conhecimento de que existia esse processo, de que havia o risco de retirada de famílias indígenas do local que eles reconhecem como terra tradicionalmente ocupada, com casas, moradias, famílias, plantações, benfeitorias e tudo

mais. Isso causaria um dano irreparável a pessoas, a um grupo, inclusive étnico e identitário, que não participou desse processo e não foi ouvido”, explicou a defensora pública Maria Paula Gusmão.

Diante do risco de cumprimento da reintegração, a Defensoria elaborou uma petição urgente requerendo a suspensão da ordem e a adoção de cautelas para verificar a situação da ocupação indígena. A manifestação foi instruída com documentos encaminhados pelas lideranças e pela advogada Aylla Oliveira, além de informações e materiais técnicos relacionados à ocupação territorial Kapinawá.

A atuação contou também com a orientação do Núcleo de Terras, Habitação e Moradia (NUTHAM) da Defensoria Pública, por meio da Defensora Pública Bruna Leite, especialmente quanto às providências relacionadas ao conflito fundiário e ao encaminhamento da questão à Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A atuação da DPPE também levou em consideração precedente em outro processo envolvendo o povo Kapinawá, acompanhado anteriormente pela instituição na Comarca de Buíque. Na ocasião, a Defensoria atuou em uma disputa que poderia afetar parcela de território reivindicada pelos indígenas e obteve a suspensão de um leilão, com posterior determinação de providências para esclarecer a situação fundiária.

“Usei como base um processo aqui de Buíque que teve uma situação parecida, em que a Defensoria já atuou antes. As mesmas providências eu requeri nesse outro processo de Ibimirim para que realmente se verificasse essa situação, e

o juiz acolheu esses pedidos”, destacou Maria Paula.

JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO E APURAÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na decisão, o magistrado determinou a suspensão imediata do mandado de reintegração e proibiu qualquer remoção de famílias ou destruição de moradias, cercas, plantações e demais benfeitorias existentes na área até nova deliberação. A decisão considerou a existência de elementos que indicam que a área objeto da ação pode coincidir, total ou parcialmente, com território tradicionalmente ocupado por indígenas. O juiz também destacou que a sentença proferida no processo não poderia prejudicar pessoas que não participaram da relação processual, com fundamento no artigo 506 do Código de Processo Civil.

A Defensoria Pública foi formalmente admitida no processo como custos vulnerabilis. Entre as providências determinadas pelo Judiciário estão a intimação das lideranças da Aldeia Igrejinha para que a comunidade seja ouvida, o envio dos autos à Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a solicitação de informações aos órgãos responsáveis pela questão fundiária.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) deverá informar se a área identificada como Sítio Esperança possui sobreposição total ou parcial com a Terra Indígena Kapinawá-Catimbau, considerando áreas demarcadas, homologadas, em identificação ou em estudo. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também deverá prestar informações sobre a situação fundiária do imóvel. O Ministé-



FOTOS: HENRIQUE PAPARAZZO

rio Público Federal (MPF) foi comunicado para avaliar eventual interesse na causa. Para a defensora Maria Paula Gusmão, a rapidez na atuação foi fundamental diante do risco concreto de retirada das famílias.

TERRITÓRIO TRADICIONAL E PROTEÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A situação envolvendo a Aldeia Igrejinha está inserida em um contexto mais amplo de reivindicação territorial do povo Kapinawá. O território Kapinawá se estende pelos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. A terra indígena foi homologada em 1998, mas as comunidades reivindicam o reconhecimento de áreas de ocupação tradicional que ficaram fora do perímetro oficialmente demarcado.

De acordo com as informações apresentadas pela Defensoria no processo, a área da Aldeia Igrejinha ainda está em fase de estudos junto à Funai e é reivindicada pelo povo Kapinawá como território tradicionalmente ocupado. A defensora ressalta que a principal preocupação da instituição foi evitar que uma decisão proferida em uma disputa



entre particulares produzisse efeitos sobre uma comunidade que não participou do processo. “A população não foi ouvida e não tinha, até então, nenhuma informação de que o processo afetava essa comunidade”, explicou a defensora Maria Paula Gusmão.

A decisão judicial não anulou a sentença de reintegração de posse, que já havia transitado em julgado. Neste momento, ficou suspensa a execução material da ordem, até que os

órgãos competentes esclareçam a situação fundiária e a eventual sobreposição da área com território indígena.

A Defensoria Pública de Pernambuco seguirá acompanhando o caso e atuando para assegurar que os direitos da comunidade Kapinawá sejam considerados no processo, especialmente diante da possibilidade de que a execução da ordem judicial alcance famílias que não participaram da ação originária.

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensor Público Geral: Clodoaldo Batista de Sousa Texeira

O Defensor Público-Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 124/2008, Lei Complementar Estadual nº 20/98 e Lei Complementar Estadual nº 499/2022, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 80/2014, **RESOLVE**:

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

PORTARIA Nº 1281/2026

Deferir a prorrogação de Regime Especial de Trabalho, nos termos do art. 5º, §1º, da Resolução nº 07, de 29 de maio de 2024, da Resolução nº 07, de 29 de maio de 2024 à Excelentíssima Defensora Pública NATÁLIA CASTELÃO LUPO, matrícula nº 298.091-6, do dia 17.08.2026 até o dia 16.02.2027. (SEI 2500000051.002229/2026-33)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1282/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público BRUNO DORNELAS CAVALCANTE, matrícula nº 299.805-0, para atuar nos autos do processo nº 0017844-84.2024.8.17.2810, em trâmite na 3ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em virtude das teses conflitantes. (SEI 2500000008.004338/2026-11)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1283/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público ALLISON OLIVEIRA MAGALHÃES, matrícula nº 298.871-2, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri na 3ª Vara do Júri da Capital, designada nos autos do processo nº 0162893-32.2022.8.17.2001 realizado no dia 14.08.2026. (SEI 2500000011.004017/2026-67)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1284/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público TÚLIO VICTOR BORGES LOBO, matrícula nº 297.946-2, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri na 3ª Vara do Júri da Capital, designada nos autos do processo nº 0096290-40.2023.8.17.2001 realizado no dia 24.08.2026. (SEI 2500000011.004055/2026-10)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1285/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público KLEYNER ARLEY PONTES NOGUEIRA, matrícula nº 299.108-0, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri da Comarca de Iati, designada nos autos do processo nº 0001496-75.2019.8.17.0640 no dia 25.08.2026. (SEI 2500000013.004459/2026-93)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1286/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público RAFAEL BENTO DE LIMA NETO, matrícula nº 286.992-6, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri na Comarca de Lagoa do Itaenga, designada nos autos do processo nº 0000640-41.2024.8.17.2870 no dia 28.08.2026. (SEI 2500000013.004505/2026-54)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1287/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público RAFAEL BENTO DE LIMA NETO, matrícula nº 286.992-6, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri na Comarca de Nazaré da Mata, designada nos autos do processo nº 0000080-90.2017.8.17.0980 no dia 01.09.2026. (SEI 2500000013.004457/2026-02)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1288/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público JOSÉ WILKER RODRIGUES NEVES, matrícula nº 297.743-5, para atuar na sessão de julgamento no Tribunal do Júri da Comarca de Paulista, designada nos autos do processo nº 0000026-89.2023.8.17.3090 realizada no dia 01.09.2026. (SEI 2500000064.001050/2026-10)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1289/2026

Designar a Excelentíssima Defensora Pública ISABEL BATISTA PAIXÃO, matrícula nº 298.419-9, para atuar extraordinariamente na Ronda de Direitos, realizada no dia 01.09.2026 no período noturno. (SEI 2500000014.002429/2026-32)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1290/2026

Designar o Excelentíssimo Defensor Público HENRIQUE DA FONTE ARAÚJO DE SOUZA, matrícula nº 297.666-8, para atuar extraordinariamente na Ronda de Direitos, realizada no dia 01.09.2026 no período noturno. (SEI 2500000014.002429/2026-32)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1291/2026

Designar a Excelentíssima Defensora Pública MARIA HELANE MALHEIROS CESAR, matrícula nº 122.456-5, para atuar extraordinariamente no plantão no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), na partida entre Santa Cruz X Botafogo/PB no dia 06.09.2026. (SEI 2500000011.004030/2026-16)

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

EDITAL DE REMOÇÃO

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 23/2026
Aviso de Existência de Vagas

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições previstas pelo art. 18, inciso XII, da LC nº 136/2011, considerando a previsão do art. 124, da mesma lei.

CONVOCA os membros da Defensoria Pública interessados na remoção abaixo relacionadas, para procederem com os devidos requerimentos, direcionados à Defensoria Pública-Geral (por e-mail), até as 17 horas do dia 14 de setembro de 2026, não sendo admitido pedido de desistência após o prazo fatal, mantendo-se os requerimentos já realizados. A vaga destinada à remoção será a seguinte:

1. **NÚCLEO REGIONAL DE LIMOEIRO**, com exercício de suas atribuições na Vara Criminal da Comarca de Limoeiro, vinculado à Subdefensoria Cível e Criminal do Interior;

2) Para se inscrever, o membro deve realizar um requerimento ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, com indicação de preferência, na hipótese de haver mais de um requerimento. Serão aceitos requerimentos por e-mail direcionados ao gabinete**defensoria@defensoria.pe.gov.br**;

3) A Defensora Pública ou o Defensor Público somente poderá concorrer a esta remoção após cumprido o interstício de 12 (doze) meses em sua nova titularidade, iniciando a contagem a partir do efetivo exercício no órgão de atuação.

4) Caso haja mais de um(a) interessado(a), resolver-se-á pelo critério de antiguidade na carreira. Permanecendo o empate terá prevalência o requerente que contar com mais tempo de serviço público no Estado. Continuando o empate terá prevalência o que contar com mais tempo de serviço público, persistindo o empate terá prevalência o requerente de mais idade. Findo o prazo para requerimento, serão os interessados classificados, conforme os critérios acima estabelecidos.

5) Os critérios de antiguidade, tempo de serviço público estadual, tempo de serviço e idade, serão analisados conforme os dados constantes na lista de antiguidade do Setor de Recursos Humanos, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco do dia 14.03.2026.

6) Poderá haver mudança na atividade de acumulação do(a) candidato(a) vencedor(a) no interesse administração, por se tratar de ato discricionário da Defensoria Pública-Geral.

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 24/2026
Aviso de Existência de Vagas

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições previstas pelo art. 18, inciso XII, da LC nº 136/2011, considerando a previsão do art. 124, da mesma lei.

CONVOCA os membros da Defensoria Pública interessados na remoção abaixo relacionadas, para procederem com os devidos requerimentos, direcionados à Defensoria Pública-Geral (por e-mail), até as 17 horas do dia 14 de setembro de 2026, não sendo admitido pedido de desistência após o prazo fatal, mantendo-se os requerimentos já realizados. A vaga destinada à remoção será a seguinte:

1. **NÚCLEO REGIONAL DE PETROLINA**, com exercício de suas atribuições na 3ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, vinculado à Subdefensoria Cível e Criminal do Interior;

2) Para se inscrever, o membro deve realizar um requerimento ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, com indicação de preferência, na hipótese de haver mais de um requerimento. Serão aceitos requerimentos por e-mail direcionados ao gabinete**defensoria@defensoria.pe.gov.br**;

3) A Defensora Pública ou o Defensor Público somente poderá concorrer a esta remoção após cumprido o interstício de 12 (doze) meses em sua nova titularidade, iniciando a contagem a partir do efetivo exercício no órgão de atuação.

4) Caso haja mais de um(a) interessado(a), resolver-se-á pelo critério de antiguidade na carreira. Permanecendo o empate terá prevalência o requerente que contar com mais tempo de serviço público no Estado. Continuando o empate terá prevalência o que contar com mais tempo de serviço público, persistindo o empate terá prevalência o requerente de mais idade. Findo o prazo para requerimento, serão os interessados classificados, conforme os critérios acima estabelecidos.

5) Os critérios de antiguidade, tempo de serviço público estadual, tempo de serviço e idade, serão analisados conforme os dados constantes na lista de antiguidade do Setor de Recursos Humanos, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco do dia 14.03.2026.

6) Poderá haver mudança na atividade de acumulação do(a) candidato(a) vencedor(a) no interesse administração, por se tratar de ato discricionário da Defensoria Pública-Geral.

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1292/2026

Publicar a concessão de folga em razão de trabalhos no Plantão Integrado Permanente, com fundamento no art. 2º da Resolução do CSDP nº 04, publicada em 10.06.2026 dos(as) Excelentíssimos(as) Defensores(as) Público(as) abaixo:

DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA	DIAS TRABALHADOS	DIAS DE FOLGA	PROCESSO SEI/DPPE
DAVI MALVEIRA PINHEIRO	300.511-9	22.08.2026 23.08.2026	10.09.2026 11.09.2026	2500000103.000461/2026-84
EVILAYSE MARQUES CUNHA DA COSTA BEZERRA	131.169-7	29.08.2026	14.09.2026	2500000050.002238/2026-34
EVANDRO MOTTA ARAÚJO	297.328-7	23.11.2025 22.12.2025 23.12.2025 17.01.2026	01.09.2026 02.09.2026 03.09.2026 04.09.2026	2500000064.001058/2026-86

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1293/2026

Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de licença prêmio, referentes ao 4º decênio, de serviço Público Estadual, a partir de 10.08.2026, à Excelentíssima Defensora Pública ZILDA ANICETO DA SILVA, matrícula nº 128.033-3, para serem gozados em momento oportuno. (Processo – SEI 2500000136.000529/2026-48).

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
Clodoaldo Batista de Sousa Teixeira

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Gabriel Gonçalves Leite

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL JURÍDICO
Rafael Alcoforado Domingues

CORREGEDOR-GERAL
Manoel Jerônimo de Melo Neto

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Joaquim Fernandes Pereira da Silva

CHEFE DE GABINETE
Fernando Jordão de Vasconcelos Filho

SECRETÁRIA DE GABINETE
Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR
Rafael Bento de Lima Neto

SUBDEFENSORA DE CAUSAS COLETIVAS
Isabel Batista Paixão

SUBDEFENSOR CÍVEL DA CAPITAL
Pedro Freitas Freire

SUBDEFENSOR CRIMINAL DA CAPITAL
José Fabricio Silva de Lima

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DA REGIÃO METROPOLITANA
José Wilker Rodrigues Neves

SUBDEFENSORA DE EXECUÇÃO PENAL
Marília Tenório Cardoso

SUBDEFENSOR DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS
Elizabeth Aguiar da Fonseca Xavier

SUBDEFENSORA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO
Jeovana Carmen de Melo Colaço

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
João Duque Correia Lima Neto

Coordenadora da Unidade de Recursos Humanos
Ana Karla Vanderlei Cavalcanti Perez

Ouvidora-Geral
Liliana Maria Cabral de Barros

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Dany Amorim

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Endereço: Avenida Manoel Borba, nº 640, bairro: Boa Vista, Recife-PE - CEP 50.070-045

e-mail: ascomdppe@defensoria.pe.gov.br

Instagram: [@defensoriape](https://www.instagram.com/defensoriape)

Facebook: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

www.defensoria.pe.def.br

PORTARIA Nº 1294/2026
Deferir o gozo de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **DANIEL BARACHO NUNES**, matrícula nº **298.617-5**, de 10 (dez) dias, a partir de 08.09.2026, referentes ao exercício 2024.
(Processo – SEI 2500000090.001441/2026-17).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1295/2026
Deferir o gozo de 20 (vinte) dias de licença paternidade ao Excelentíssimo Defensor Público **CÁSSIO PRETTI**, matrícula nº **299.563-8**, a partir de 24.08.2026, conforme certidão.
(Processo – SEI 2500000079.002769/2026-17).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1296/2026
Deferir o abono de falta à Excelentíssima Defensora Pública **ÂNGELA CELI LEITE VALDIVINO ALVES**, matrícula nº **297.265-4**, nos dias 21, 22, 23, 24 e 25.09.2026 e 02 e 03.10.2026, por motivo de convocação eleitoral.
(Processo – SEI 2500000045.002960/2026-48).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1297/2026
Deferir o abono de falta à Excelentíssima Defensora Pública **WILLAYNE DIAS DE SOUSA LEÃO ALBUQUERQUE**, matrícula nº **297.302-2**, no dia 27.08.2026, por motivo de convocação eleitoral.
(Processo – SEI 2500000051.002371/2026-81).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1298/2026
Publicar a concessão de 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, com fundamento no art. 126 da Lei Estadual 6.123 de 20/07/1968, a partir de 04.04.2026, à Excelentíssima Defensora Pública **SHEYLA KARINE MACHADO LIRA PONTES**, matrícula nº **297.298-0**, conforme termo de guarda para fins de adoção.
(Processo – SEI 2500000047.002278/2026-35).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1299/2026
Deferir o gozo de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **HENRIQUE ALENCAR DE MAGALHÃES OLIVEIRA TENÓRIO**, matrícula nº **297.291-3**, de 10 (dez) dias, a partir de 14.12.2026, referentes ao exercício 2024.
(Processo – SEI 2500000090.001438/2026-01).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1300/2026
Deferir o gozo de férias ao servidor comissionado **ALEXANDRE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**, matrícula nº **300.145-8**, de 10 (dez) dias, a partir de 09.12.2026 (1ª parcela) e 20 (vinte) dias, a partir de 07.01.2027, referentes ao exercício 2026.
(Processo – SEI 2500000021.003742/2026-07).
Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1301/2026
Deferir o gozo de férias aos (às) Excelentíssimos (as) Defensores (as) Públicos (as), referentes ao **MÊS DE OUTUBRO – EXERCÍCIO 2026**.

Nº	NOME	MATRÍCULA	1ª PARCELA		2ª PARCELA		3ª PARCELA	
			DIAS	PERÍODO	DIAS	PERÍODO	DIAS	PERÍODO
1	FLAVIA BARROS DE SOUZA	275.271-9	30	01/10/2026				
2	MARILIA TENORIO CARDOSO	297.656-0	19	05/10/2026				
3	IZABELLE CÂNDIDO CARNEIRO	297.266-2	10	13/10/2026				
4	DANIEL BARACHO NUNES	298.617-5	10	13/10/2026				
5	WESLEY BORGES SOUZA	298.558-6	10	13/10/2026				
6	ANA CRISTINA SILVA PEREIRA	136.885-0			10	13/10/2026		
7	MARIA DAS DORES BEZERRA LIMA	298.194-7			10	19/10/2026		
8	DANIEL CASTILHO PICANÇO	297.740-0			10	14/10/2026		
9	RENATA PORTELA DE MACEDO OLIVEIRA	268.919-7			10	13/10/2026		
10	MICHELLE CACHO DO NASCIMENTO	297.308-1			10	13/10/2026		
11	EUDES JOSÉ DE ALENCAR CALDAS CAVALCANTI	123.236-3			10	06/10/2026		
12	LEONARDO ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO	265.677-9			10	19/10/2026		
13	JOÃO PAULO GUEDES ACIOLY	297.293-0			10	18/10/2026		
14	ALICE MARIA QUEIROZ DOS SANTOS	291.517-0			10	22/10/2026		
15	ANDRÉ PINHEIRO CRUZ	298.781-3			10	05/10/2026		
16	IZABELE PESSOA HOLANDA BEZERRA	298.873-9			10	13/10/2026		
17	MARIA DE LOURDES SIQUEIRA DE SALES	120.760-1			20	05/10/2026		
18	MONA LISA DE ARAÚJO BRITO	297.274-3			10	19/10/2026		
19	NILDA MARIA BARBOSA VAZ	289.355-0			10	27/10/2026		

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

PORTARIA Nº 1302/2026
Deferir o gozo de férias aos (às) Excelentíssimos (as) Defensor (as) Público (as), referentes aos **MÊS DE OUTUBRO - EXERCÍCIO 2026 (2º PERÍODO)**.

Nº	NOME	MATRÍCULA	1ª PARCELA		2ª PARCELA		3ª PARCELA	
			DIAS	PERÍODO	DIAS	PERÍODO	DIAS	PERÍODO
1	JOAQUIM FERNANDES PEREIRA DA SILVA	256.024-0	10	01/10/2026				
2	VILMA PAULO BARBOSA	297.300-6	30	01/10/2026				
3	KLEBER MASCARENHAS FERRAZ TORRES	299.543-3	10	07/10/2026				
4	SILMA DIAS RIBEIRO DE LAVIGNE	257.703-8	10	13/10/2026				

5	MAYARA PEREIRA CORDEIRO	297.673-0	18	13/10/2026				
6	JORGE HENRIQUE DE ALENCAR ACEVEDO	299.105-5	17	13/10/2026				
7	ANA MARIA OLIVEIRA DE MOURA	088.011-6	20	13/10/2026				
8	ADRIANO LEONARDO DE OLIVEIRA FILGUEIRA GALVÃO	297.276-0	10	13/10/2026				
9	LAERCIO GUEDES DE SOUZA LIMA JUNIOR	135.960-6	20	13/10/2026				
10	ALANNA KELLY DA CUNHA NASCIMENTO VASCONCELOS	286.986-1	10	13/10/2026				
11	DÉBORA CAMBOIM LEÃO	298.416-4	10	13/10/2026				
12	CLAUDIA XENOFONTE ALMEIDA ALENQUER	297.731-11	10	13/10/2026				
13	LÉLIA MARIA CAVALCANTI DE LACERDA	087.327-6	10	19/10/2026				
14	MARCOS ROBERTSON DA LUZ CARIBÉ	256.034-8	10	19/10/2026				
15	MARIA EUGENIA TAVARES PESSOA DE MELO MORAIS	131.189-1	20	19/10/2026				
16	KLEYNER ARLEY PONTES NOGUEIRA ABREU	299.108-0			10	01/10/2026		
17	JOSÉ FABRÍCIO SILVA DE LIMA	289.356-8			10	13/10/2026		
18	DIOGO DE OLIVEIRA GOMES	297.269-7			10	19/10/2026		
19	ANTONIETA WOINA BANDEIRA DE MORAES	118.290-0			15	13/10/2026		
20	IRACEMA DE SÁ PEREIRA CAVALCANTI COSTA LIMA	123.237-1			10	13/10/2026		
21	GABRIEL LUÍS DE ALMEIDA SANTOS	298.538-1			10	05/10/2026		
22	MARIA FERNANDA PESSOA DE FARIA NEVES	127.949-1			10	13/10/2026		
23	RAQUEL SILVA ARAÚJO	298.788-0			10	01/10/2026		
24	RAQUEL GUERRA CAVALCANTE	299.119-5			10	01/10/2026		
25	ALLISON OLIVEIRA MAGALHÃES	298.871-2			10	01/10/2026		

Defensoria Pública-Geral, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

Licitações, Contratos, Convênios e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2026
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco torna público a quem interessar que promoverá certa^{te} licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando à aquisição de impressoras multifuncionais e respectivos suprimentos, atendendo as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, através do Portal Eletrônico de Compras Eletrônicas, no endereço www.redeempresas.com.br, no valor global estimado de R\$ 414.267,00 (quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e sete reais), a ser realizado às 10:00hrs (horário de Brasília), do dia 18.09.2026. Elen Danielle Nascimento – Pregoeira
(SEI 2500000019.001933/2026-75)

Recife, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 086/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **67.509.763 DAYANA RIBEIRO DE SOUZA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.509.763/0001-33, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000. 0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000593, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 087/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **A S DE LIMA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.553.731/0001-05, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000594, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 088/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **GM COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.547.931/0001-82, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000. 0501130301. 3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000595, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 089/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **J & A E-COMMERCE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.608.949/0001-37, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000596, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 090/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **P. H. SHIGUEO MATSUBARA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.381.017/0001-67, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000599, 28 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 091/2026 – Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026, com **S C DA CUNHA PRODUTOS DE LIMPEZA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.607.438/0001-04, que tem como objeto a aquisição de materiais de manutenção para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000597, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 094/2026 – Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônica nº 010/2026, com **INFORTIC - TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.704.847/0001-61, que tem como objeto a aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0759240000.4.4.90.52
Nº e Data de Empenho: 2026NE000600, 28 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000601, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026

Contrato nº 095/2026 – Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônica nº 010/2026, com **BML COMERCIAL LTDA. ME.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.292.106/0001-22, que tem como objeto a aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0759240000.4.4.90.52
Nº e Data de Empenho: 2026NE000602, 28 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000603, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 096/2026 – Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônica nº 010/2026, com **LAPTOP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.770.156/0001-73, que tem como objeto a aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000604, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 097/2026 – Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônica nº 010/2026, com **J & A E-COMMERCE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.608.949/0001-37, que tem como objeto a aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000605, de 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 098/2026 – Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônica nº 010/2026, com **P. H. SHIGUEO MATSUBARA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.381.017/0001-67, que tem como objeto a aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0759240000.4.4.90.52
Nº e Data de Empenho: 2026NE000606, 28 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0501130301.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000607, 27 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

Contrato nº 099/2026 – Processo Licitatório nº 053/2026, Dispensa de Licitação nº 016/2026, com **FRANCISCA VALQUIRIA DA SILVA NUNES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.659.134/0001-72, que tem como objeto o fornecimento e instalação de 02 (duas) janelas e 01 (um) balcão de recepção em vidro temperado no Núcleo de Petrolina/PE da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
Vigência: 3 de setembro de 2026 até 2 de setembro de 2027.
Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30
Nº e Data de Empenho: 2026NE000610, 31 de agosto de 2026.
Local e Data de Assinatura: Recife, 3 de setembro de 2026.

EXTRATO DE COOPERAÇÕES TÉCNICAS, CONVÊNIOS E AFINS

Acordo de Cooperação Técnica nº 017/2026, firmado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, e a **FIUSA EDUCACIONAL S/SIMPLES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.242.942/0001-37, **mantenedora do CENTRO UNIVERSITÁRIO PARAÍSO - UNIFAP**, com o fim de proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio Curricular Obrigatório, de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de Estágio Curricular Não Obrigatório.
Vigência: 4 de setembro de 2026 até 3 de setembro de 2031.
Dotação Orçamentária: A contratação não envolve dispêndio.
Local e Data de Assinatura: Recife, 4 de setembro de 2026.

ERRATA: Na publicação veiculada no D.O. de 22/08/2026, referente ao Contrato nº 082/2026 – Adesão nº 006/2026 (004.2026. DEFENSORIA.001), onde se lê: Vigência: 19 de agosto de 2026 até 22 de junho de 2027, leia-se: Vigência: 22 de agosto de 2026 até 22 de junho de 2027. (SEI 2500000021.003802/2026-83)

Recife, em 05 de setembro de 2026.
GABRIEL GONÇALVES LEITE
Defensor Público-Geral – Em Exercício

Para informações sobre como ser atendido, acesse nosso site:



DPPE – Site

http://www.defensoria.pe.def.br/